

## DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS EM 2025

---

---

### **A AUTOCOMPOSIÇÃO PELO OFICIAL DE JUSTIÇA: CELERIDADE E ACESSO À JUSTIÇA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

Autora: Ana Júlia Cecconello Folle

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Fasolo Pilati

#### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a função exercida pelo Oficial de Justiça e sua contribuição na prestação jurisdicional, principalmente no que diz respeito a atribuição de autocomposição nos processos cíveis. Através do método dedutivo, foram analisadas doutrinas, legislações, publicações científicas e notícias. O trabalho está inserido na linha de pesquisa Jurisdição Constitucional e Democracia. Neste cenário, este trabalho tratou acerca de quem é o Oficial de Justiça no Brasil, fazendo uma análise desde a origem histórica do cargo e sua evolução, suas atribuições e responsabilidades, chegando ao ponto crítico das dificuldades enfrentadas por este servidor em seu ofício, de modo a se demonstrar a essencialidade do Oficial de Justiça dentro do Poder Judiciário. Tratou-se também acerca dos princípios que regem sua atuação e o desempenho de suas funções. Por fim, abordou-se o instituto da autocomposição, que é uma inovação trazida às funções do Oficial de Justiça no art. 154, VI, do CPC/2015 que visa trazer maior celeridade e garantir um acesso à justiça mais efetivo, analisando sua origem e aplicabilidade. Desse modo, verificou-se que a inserção do Oficial de Justiça na autocomposição de conflitos reforça sua posição como auxiliar essencial da justiça e contribui para que o direito fundamental de acesso à justiça seja respeitado e garantido. Foi possível constatar que o CPC/2015 trouxe um grande avanço ao jurisdicionado ao incluir tal atribuição, contudo, faz-se necessária a capacitação dos servidores bem como a elaboração de normas infralegais que disciplinem a prática da atividade.

**Palavras Chaves:** Oficial de Justiça. Autocomposição. Acesso à justiça. Princípios. Celeridade.

---

---

**ANÁLISE JURÍDICO-DEMOCRÁTICA DAS *SMART CITIES*: CURITIBA, UM EXEMPLO BRASILEIRO DE CIDADE INTELIGENTE**

Autora: Antonela Silveira De Grandi

Orientadora: Profa. Dra. Karen Beltrame Becker Fritz

**RESUMO**

Esta é uma análise jurídico-democrática das *Smart Cities* e um estudo de caso da cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, no Brasil. A investigação parte da hipótese de que a urbanização inteligente não depende exclusivamente de tecnologia de ponta, mas de um planejamento humanizado, inclusivo e fundamentado nos direitos humanos. Ao investigar o enfraquecimento dos Estados-nação e o conseqüente protagonismo das cidades na reconstrução da cidadania e da participação democrática, o estudo busca compreender se o modelo de Smart City é replicável em contextos diversos e se pode ser um caminho para cidades mais justas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, combinando revisão bibliográfica, análise documental, estudo de índices e *rankings* urbanos, observações *in loco* e participação em eventos especializados. O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro analisa o papel das cidades diante do enfraquecimento dos Estados-nação, destacando sua importância na garantia dos direitos humanos e na promoção da democracia; o segundo capítulo discute o conceito e a evolução das *Smart Cities*, seus indicadores e parâmetros de avaliação; o terceiro apresenta o estudo de caso de Curitiba, abordando suas características urbanas, socioeconômicas e culturais, além de uma análise crítica de seu Plano Diretor e políticas públicas. Conclui-se que, quando alicerçado em princípios democráticos e adaptado às realidades locais, o modelo de cidade inteligente pode se tornar viável e eficaz para promover inclusão, sustentabilidade e participação cidadã.

**Palavras-chave:** *Smart Cities*; Democracia; Direitos Humanos; Cidade; Curitiba

---

## **A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO: A PERCEPÇÃO DA SUA APLICAÇÃO NAS COMARCAS DE SARANDI, CARAZINHO E PASSO FUNDO NO RIO GRANDE DO SUL**

Autora: Bruna Ewerling

Orientador: Prof. Dr. Rogério da Silva

### **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo, investigar a utilização de ferramentas de inteligência artificial na gestão do Poder Judiciário. O problema de pesquisa cinge-se: em razão da alta demanda processual, as ferramentas de inteligência artificial, se demonstram uma alternativa para atuarem na gestão do Poder Judiciário, se questionando em qual medida podem contribuir nas atividades operacionais e aumentar a celeridade processual? A pesquisa se justifica através de dados coletados nos relatórios Justiça em Números do CNJ, os quais expuseram que o Poder Judiciário brasileiro contém uma extensa demanda de processos pendentes, não contemplando a carga principiológica processual e o interesse coletivo, evidenciando uma necessidade por alternativas que auxiliem na realização das atividades jurisdicionais. Essa iniciativa por modificações também é uma forma de auxílio a Agenda 2030, nos ODS, em especial o n. 16, intitulado “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”. Tendo a problemática duas hipóteses de resolução, a positiva afirmando que a inteligência artificial pode contribuir para a gestão judicial, nas atividades operacionais e aumentar a celeridade processual e a segunda hipótese refuta a primeira. Nesse sentido, para responder a problemática, o presente trabalho se divide em 3 capítulos, o primeiro capítulo visa examinar fundamentos processuais do Brasil, bem como a necessidade da utilização de inovações tecnológicas no mundo, contemplando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Na sequência, a contextualização da Era das tecnologias na globalização, a aproximação da tecnologia no direito e os reflexos das suas atribuições, a ruptura do paradigma tecnológico mundial da Inteligência Artificial. Por fim, no terceiro capítulo a verificação dos aspectos de gestão no Poder Judiciário, nas comarcas de Sarandi, Carazinho e Passo Fundo no Rio Grande do Sul, a percepção da aplicação de ferramentas de inteligência artificial nas atividades operacionais, as quais foram selecionadas em razão das diferentes entrâncias, inicial (Sarandi); intermediária (Carazinho) e final (Passo Fundo). Conclui-se que inteligência artificial pode contribuir para a gestão judicial, nas atividades operacionais e aumentar a celeridade processual, da forma que seja desenvolvida respeitando as garantias fundamentais. Para a confecção do presente foi empregada a pesquisa bibliográfica exploratória, sendo necessário o uso da metodologia indutiva na abordagem e pesquisa bibliográfica, ademais foi utilizada a pesquisa quantitativa, com a realização de um questionário de 10 perguntas nas comarcas selecionadas. Foram utilizadas doutrinas, artigos científicos e revistas jurídicas. A presente pesquisa está alinhada à área de concentração Novos Paradigmas do Direito e a linha de pesquisa Relações Sociais e Dimensões de Poder.

**Palavras-chave:** Agenda 2030; Gestão Judicial; Inteligência Artificial; Poder Judiciário; Princípios Processuais.

---

---

**PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS, UM PODER-DEVER AMBIENTAL: INCONSTITUCIONALIDADE NA SUA NÃO INSTITUIÇÃO POR MUNICÍPIOS GAÚCHOS**

Autor: César Henrique Ribeiro Batista

Orientador: Prof. Dr. Giovani da Silva Corralo

**RESUMO**

O presente trabalho tem como tema a efetivação da função social da cidade por meio do uso dos institutos do parcelamento, utilização e utilização compulsória do solo urbano, do IPTU Progressivo no Tempo e da Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública. A pesquisa delimita-se à análise da implementação desses instrumentos jurídicos nos Municípios do estado do Rio Grande do Sul com população superior a 50 mil habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 2022. O objetivo geral é verificar em que medida os Municípios gaúchos estão utilizando os mecanismos previstos no art. 182, §4º, da Constituição Federal, especialmente o IPTU Progressivo no Tempo, como estratégia de política urbana. Parte-se do seguinte problema: os Municípios do RS com mais de 50 mil habitantes têm implementado o IPTU Progressivo no Tempo de forma efetiva? A hipótese levantada é a de que, apesar da previsão de áreas delimitadas nos Planos Diretores, a maioria dos Municípios ainda não incorporou a progressividade do imposto com alíquota e prazo legalmente definidos. A metodologia adotada foi qualitativa e quantitativa, com análise documental das legislações municipais – Planos Diretores, Códigos Tributários, Leis Orgânicas e Leis Específicas – de 43 Municípios selecionados, organizados em dois grupos por faixa populacional. Através do método dedutivo, a pesquisa conclui que, embora haja avanço na delimitação de áreas urbanas sujeitas à função social da propriedade, poucos Municípios adotaram de fato o IPTU Progressivo no Tempo com previsão normativa de alíquota e prazos, evidenciando uma inconstitucionalidade por omissão e a necessidade urgente de adequação legislativa para a concretização dos direitos urbanísticos e ambientais.

**Palavras-chave:** função social da cidade; Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios; IPTU Progressivo no Tempo; Desapropriação em Títulos; política urbana; Municípios do RS; Estatuto da Cidade.

---

---

**AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E RESISTÊNCIA AO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS: A CULTURA TUTELAR SOBRE O SUJEITO ADOLESCENTE**

Autora: Cleonice Rodrigues Aires

Orientador: Prof. Dr. Giovanni da Silva Corralo

**RESUMO**

O sistema socioeducativo brasileiro, fundamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), busca garantir a proteção integral de adolescentes em conflito com a lei. No entanto, a efetivação desse princípio enfrenta inúmeros desafios, decorrentes da tensão entre a legislação que assegura direitos e a persistência de uma cultura jurídica enraizada na doutrina tutelar. Historicamente, a visão tutelar tratava crianças e adolescentes como objetos de cuidado e controle, priorizando a proteção em detrimento do reconhecimento de seus direitos como sujeitos de direito. Esta dissertação investiga essa discrepância entre a estrutura teórica do ECA, que preconiza a proteção integral, e sua aplicação prática nos tribunais, buscando compreender os entraves que impedem a plena garantia dos direitos processuais e a efetivação da justiça juvenil no Brasil. A pesquisa foca na complexa interação entre normas legais, práticas judiciais e a cultura sociojurídica que molda a compreensão e a implementação das medidas socioeducativas. O objetivo geral é analisar o processo de responsabilização de adolescentes por atos infracionais, identificando lacunas legais e culturais que obstam a plena aplicação das garantias processuais previstas no ECA e na Constituição. A pesquisa emprega uma metodologia dedutiva, combinando análise de decisões judiciais, documentos legais e estudos relevantes para avaliar criticamente a relação entre os dispositivos legais, percepções sociais e a implementação de medidas socioeducativas.

**Palavras-chave:** Proteção Integral. Medidas Socioeducativas. Responsabilização Juvenil. Adolescente.

---

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE MARAU/RS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA REDISTRIBUIÇÃO, DO RECONHECIMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

Autora: Cristiane Terezinha Rodrigues

Orientadora: Profa. Dra. Josiane Petry Faria

**RESUMO**

A violência doméstica contra a mulher, enraizada na estrutura patriarcal, ainda está presente nas relações sociais, sendo atualmente considerado um problema da esfera pública. Diante desse cenário, cabe ao poder público, a responsabilidade de atuar por meio da formulação e implementação de políticas públicas voltadas à prevenção e ao amparo das mulheres em situação de violência. Nesse contexto, a presente pesquisa, vinculada a Linha de Pesquisa de “Relações Sociais e Dimensões do Poder” e Área de Concentração “Novos Paradigmas do Direito” do Programa de Pós-Graduação em Direito-UPF, tem como objetivo analisar as políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher no município de Marau/RS, investigando sua contribuição para a concretização da justiça social a partir dos pilares teóricos de redistribuição, reconhecimento e representação propostos por Nancy Fraser. Para o desenvolvimento do trabalho são utilizados os métodos de abordagem dedutivo e indutivo. O estudo adota a pesquisa bibliográfica e documental como procedimento investigatório, utilizando-se de livros, artigos científicos, legislações, tratados internacionais documentos institucionais, bem como documentos da Prefeitura Municipal de Marau como base analítica. Os resultados evidenciam que o município por meio da rede de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher desenvolve ações inovadoras que abrangem tanto o combate direto à violência quanto a conscientização e transformação cultural, contribuindo para a concretização dos direitos das mulheres. Contudo, a pesquisa identifica a necessidade de aprimoramento na coleta e o monitoramento de dados para tornar possível a verificação da eficácia e eficiências dessas ações, bem como para colaborar com o aperfeiçoamento das políticas públicas. A guisa de conclusão, observa-se que as políticas públicas desenvolvidas no município de Marau refletem esforço para promoção da justiça social e o atendimento das diretrizes nacionais e internacionais sobre o tema, ainda que presentes alguns desafios. Assim, a continuidade e o fortalecimento dessas políticas são importantes para se assegurar a efetivação dos direitos das mulheres e a mitigação da violência de gênero, reforçando o compromisso do município com a equidade e a transformação social.

**Palavras-chave:** Violência contra mulher; Políticas para mulheres; Igualdade de Gênero; Justiça social.

---

---

**O TRANSNACIONALISMO COMO SOLUÇÃO PARA A EXISTÊNCIA DE UM MERCADO REGULADO DE CRÉDITOS DE CARBONO EFICIENTE**

Autor: Daniel de Souza Vicente

Orientadora: Profa. Dra. Karen Beltrame Becker Fritz

Coorientadora: Profa. Dra. Carla Della Bona

**RESUMO**

Este trabalho analisa o potencial do transnacionalismo como solução para a criação de um mercado regulado e eficiente de créditos de carbono, diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e da necessidade de um desenvolvimento sustentável. A pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar que integra as dimensões jurídica, econômica e ambiental, revisitando a evolução do pensamento e do direito ambiental, tanto em âmbito internacional quanto no contexto brasileiro. Inicialmente, destaca-se o meio ambiente como um direito fundamental, enfatizando os desafios históricos e os instrumentos legais para sua proteção. Em seguida, explora-se a interface entre meio ambiente e economia, ressaltando o papel da responsabilidade corporativa e da agenda ESG como mecanismos para incentivar práticas empresariais sustentáveis. Ao investigar a democratização e os desafios regulatórios do mercado de créditos de carbono, o estudo evidencia lacunas nos sistemas normativos atuais e propõe que o Direito Transnacional pode atuar como um instrumento harmonizador, capaz de integrar diferentes ordenamentos jurídicos e promover a efetividade das medidas de mitigação ambiental. A metodologia, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, sustenta a conclusão de que o transnacionalismo oferece uma alternativa promissora para alinhar interesses econômicos e ambientais, contribuindo para a implementação de políticas globais eficazes no combate às mudanças climáticas.

Palavras-chave: Transnacionalismo; Créditos de Carbono; Desenvolvimento Sustentável; Direito Ambiental; ESG; Direito Transnacional.

---

**DIREITO COMO INSTRUMENTO DE CONTRAPODER: MATERIALISMO, RELAÇÕES DE GÊNERO E VALORES FUNDAMENTAIS NA EFETIVIDADE JURÍDICA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Autora: Joana Machado Borlina

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Antinolfi Divan

**RESUMO**

A presente dissertação está inserida na Linha de Pesquisa “Estado Jurisdição e Inclusão Social”, tendo como temática a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 779 (ADPF n. 779), prolatada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), aqui tratada como potencial abertura materialista no direito. O problema de pesquisa gravita em torno da abrangência efetiva, e de fato, de “todos” dentro do discurso da universalidade jurídica, para, sequencialmente, apresentar outra problemática: o direito pode atuar em um campo materialista, firmando-se como contrapoder? Como objetivo geral analisa a possibilidade de trabalhar o direito como instrumento de contrapoder, pautado em questões materiais para estabelecer alternativas (“*there is an alternative*”) no campo da juridicidade. Na primeira parte, tratando do teor da aludida Arguição, verifica aspectos formais, teóricos, históricos e sociais alocados em seu corpo, mormente ligados à temática cuja decisão reconheceu por inconstitucional, por ferir preceitos fundantes. Na segunda parte, a dissertação aborda questões ligadas à vertente jurídica, se atendo à sua estreita conexão com dimensões reais de poder, especialmente aquelas de cunho capitalista. Já, no terceiro e último capítulo, a dissertação apresenta algumas alternativas para estruturar o direito como inequívoco instrumento de contrapoder; para construir um novo direito a partir da potência materialista-feminista, no fito de transcender realidades imanentes. Concluindo, assim, na possibilidade de edificar o direito em um contrapoder, numa nítida alternativa, a partir de baterias materialistas-feministas. Essa dissertação adotou o método dedutivo, tendo sido a investigação conduzida por meio da pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial (obviamente, com ênfase na ADPF n. 779)

**Palavras-Chave:** Materialismo-Feminista. Precariedade. Performatividade. Patriarcado. Legítima Defesa da Honra.

---

## **A MEDIAÇÃO COMO TÉCNICA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS DELEGACIAS DE POLÍCIA DO RIO GRANDE DO SUL**

Autora: Mariana Baldissera

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Fasolo Pilati

### RESUMO

A presente pesquisa se propõe a analisar a atuação policial na realização de mediações dentro das Delegacias de Polícia, valendo-se da sua proximidade com a população e sua função institucional de promover a segurança social. Para tanto, utilizando-se da Pesquisa Bibliográfica, Categoria e Conceito Operacional, pretendesse demonstrar a importância de ser adotada uma justiça voltada para o diálogo, já que há uma evidente falência do sistema penal vigente, que, seguindo as regras tradicionais e engessadas de resolução de conflitos apenas pelo Poder Judiciário, não tem sido apta a resolver todos as desavenças sociais. Assim, promove-se um estudo da possibilidade em ser adotada uma filosofia de justiça restaurativa, que, ao lado do Poder Judiciário, promova a resolução de conflitos por meio do diálogo e do consenso. Desta forma, questiona-se: é possível que a Polícia Civil auxilie na resolução de conflitos, por meio da técnica da mediação em sede investigatória? Com enfoque na linha de pesquisa Jurisdição e Democracia, tem-se por objetivo buscar métodos alternativos ou complementares, que atuem ao lado da jurisdição constitucional, para reforçar valores democráticos. Assim, em um primeiro momento, irá se demonstrar o sistema judicial tradicional e a necessidade de ser feita uma releitura, integrando a adoção de uma justiça dialógica. Em seguida, será feita uma análise da possibilidade de ser adotada uma justiça voltada para o consenso já na fase policial, como ocorre na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, que instituiu o Programa Mediar.

**Palavras-chave:** Polícia Civil; Mediação; Diálogo; Programa Mediar

---

## **A PROTEÇÃO JURÍDICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: DESAFIOS NA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO BULLYING E CYBERBULLYING**

Autora: Marieli Machado

Orientadora: Profa. Dra. Josiane Petry Faria

### RESUMO

A presente dissertação analisa a proteção jurídica de crianças e adolescentes no Brasil, com foco nos desafios para a prevenção e o enfrentamento do bullying e do cyberbullying. A pesquisa examina a evolução normativa dos direitos infantojuvenis, a efetividade da legislação vigente e as dificuldades na implementação de políticas públicas destinadas a garantir a proteção integral desse grupo vulnerável. O estudo destaca que, apesar da existência de um arcabouço normativo robusto, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a aplicação prática dessas normas ainda enfrenta entraves estruturais, institucionais e sociais. Entre os principais desafios, identificam-se a fragilidade dos mecanismos de fiscalização, a morosidade dos processos judiciais, a insuficiência de investimentos públicos e a carência de capacitação dos profissionais envolvidos na proteção infantojuvenil. A pesquisa evidencia que a criminalização do bullying e do cyberbullying, por meio da Lei nº 13.185/2015 e da Lei nº 14.811/2024, constitui um avanço, mas não é suficiente para erradicar essas práticas. A abordagem meramente repressiva deve ser complementada por ações educativas e preventivas, incluindo a ampliação de programas escolares de conscientização, a capacitação de educadores e o fortalecimento da rede de apoio psicossocial para as vítimas. A dissociação entre o reconhecimento normativo dos direitos da criança e do adolescente e sua efetivação na prática compromete a proteção dessa população vulnerável. O enfrentamento do bullying e do cyberbullying exige uma atuação coordenada entre Estado, família e sociedade civil, por meio de estratégias integradas que garantam não apenas a punição dos agressores, mas também a prevenção e o acolhimento adequado das vítimas.

**Palavras-chave:** Bullying; Ciberbullying; Crianças e Adolescentes; Políticas Públicas; Violação de Direitos.

---

---

**CONDIÇÕES LABORAIS PRECÁRIAS NO SETOR RURAL NO RIO GRANDE DO SUL: IMPLICAÇÕES JURÍDICAS, OBSTÁCULOS PARA A JUSTIÇA SOCIAL E ABORDAGENS DE MELHORIA**

Autor: Maurício Londero

Orientador: Prof. Dr. Giovani da Silva Corralo

**RESUMO**

As condições laborais precárias no setor rural do Rio Grande do Sul representam um desafio histórico e estrutural, marcado pela informalidade, baixos salários, extensas jornadas de trabalho e falta de proteção social. A presente dissertação tem como objetivo analisar as implicações jurídicas dessas condições, os obstáculos para a justiça social e propor abordagens para sua melhoria. No primeiro capítulo, são abordadas as transformações históricas do trabalho agrícola no Rio Grande do Sul, contextualizando as práticas laborais desde a colonização até a modernização agropecuária. O segundo capítulo analisa o impacto das condições de trabalho na saúde física e mental dos trabalhadores rurais, especialmente em assentamentos, destacando a relevância de formas cooperativas de organização. O terceiro capítulo investiga as implicações jurídicas, avaliando a legislação vigente, a fiscalização deficiente e a informalidade. Por fim, o quarto capítulo discute os principais obstáculos para a justiça social no setor rural, incluindo a atuação governamental, os sindicatos e as barreiras estruturais que perpetuam a precariedade. A pesquisa conclui que, apesar dos avanços normativos, a efetiva proteção dos trabalhadores rurais ainda encontra entraves na fiscalização, na fragilidade das políticas públicas e na falta de conscientização sobre direitos. O fortalecimento da agricultura familiar, a promoção de práticas sustentáveis e a modernização da fiscalização são apontados como caminhos para melhorar as condições laborais e garantir dignidade aos trabalhadores do campo.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Fiscalização; Legislação trabalhista; Justiça social; Trabalho rural.

---

---

## **O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: O NOVO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Autor: Otávio Augusto Stahl Müller

Orientadora: Profa. Dra. Karen Beltrame Becker Fritz

### RESUMO

O princípio constitucional da coisa julgada é uma garantia fundamental do ordenamento jurídico brasileiro, garantindo a estabilidade das decisões judiciais e a previsibilidade nas relações jurídicas. No contexto do Direito Tributário, essa garantia se torna ainda mais significativa, pois afeta diretamente a segurança jurídica dos contribuintes e a atuação do Estado na arrecadação de tributos. O primeiro capítulo desta pesquisa conceitua a coisa julgada, enfatizando sua classificação como garantia fundamental prevista no art. 5º da Constituição. Abordam-se as duas dimensões da coisa julgada: a formal, que protege os efeitos das decisões em âmbito processual, e a material, que impede a rediscussão de questões já decididas. Além disso, são apresentadas as normatizações que protegem a coisa julgada, como as disposições da CRFB/88, da LINDB e do CPC/15. O segundo capítulo aprofunda o estudo da coisa julgada no Direito Tributário, destacando os direitos dos contribuintes, como a repetição de indébito e a proteção contra tributação ilegal. É incluído um exemplo da aplicação da coisa julgada em matéria tributária, com base em um julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A análise se concentra nos Temas 881 e 885 de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal. O terceiro capítulo discute as repercussões da nova decisão do STF, abordando limitações do julgado, reações da comunidade jurídica tributária e o impacto do precedente nos contribuintes, ilustrado por um caso hipotético.

**Palavras-Chave:** Direito Tributário; Direito Constitucional; Coisa Julgada; Temas 881 e 885; Supremo Tribunal Federal.

---

**O DIREITO DO TRABALHO DE EXCEÇÃO E A JURISPRUDÊNCIA DA AUSTERIDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE JURÍDICA, ECONÔMICA E POLÍTICA DAS REFORMAS LEGISLATIVAS E DAS DECISÕES DO STF EM MATÉRIA DE DIREITOS SOCIAIS TRABALHISTAS ENTRE 2007 E 2024**

Autor: Pedro Guimarães Vieira

Orientadora: Profa. Dra. Karen Beltrame Becker Fritz

**RESUMO**

O estudo examina as alterações legislativas trabalhistas ocorridas no Brasil a partir dos anos 2000 (Leis n. 11.442/2007, n. 13.352/2016, n. 13.429/2017, n. 13.467/2017) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) em matéria trabalhista, para verificar seu enquadramento no referente (marco teórico) deste estudo, consistente nos conceitos de Direito do trabalho de exceção, sociedade da austeridade e jurisprudência da austeridade, desenvolvidos por Antônio Casimiro Ferreira (2012, 2014). Para tanto, são analisadas (I) as decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade cujo objeto são as referidas reformas trabalhistas (ADI 5.625; ADC 48 e ADI 3.961; ADPF 324 e RE 958.682 - Tema 725); (II) os julgamentos do STF sobre questões trabalhistas ainda pendentes de regulação jurídica específica – como o trabalho dos motoristas e entregadores de aplicativos –, matéria discutida, por exemplo, nas Reclamações Constitucionais n. 59.795 e 60.347; e (III) as decisões da Corte Constitucional sobre outras relações de trabalho humano, em que se concluiu pelo afastamento da relação de emprego, como ocorreu nas Reclamações Constitucionais n. 39.351, 47.843, 56.285, 57.428 e 63.946. Após ressaltar as especificidades da evolução histórica do Direito do trabalho no Brasil em comparação aos países europeus, o estudo aponta a incongruência entre os objetivos econômicos previstos nas referidas alterações legislativas e decisões judiciais e os resultados econômicos efetivamente alcançados. Ademais, conclui pela incompatibilidade das reformas legislativas e decisões do STF em matéria trabalhista com as premissas do Estado Social de Direito estruturado na Constituição Federal de 1988. Ressalta-se que, ao avalizarem as mudanças econômico-produtivas, políticas e sociais ocorridas nos últimos 50 anos, as alterações normativas e jurisprudenciais analisadas despem o trabalho de sua função de status, capaz de conferir à pessoa trabalhadora não apenas fonte de renda, mas também formas de proteção, pertencimento social e construção da identidade daquele que labora. Por conseguinte, argumenta-se que as alterações legislativas trabalhistas examinadas são expressão do Direito do trabalho de exceção no Brasil. Além disso, a legitimação pelo STF dessas mudanças normativas em seus julgamentos configura a jurisprudência da austeridade e contribui para a consolidação da sociedade da austeridade, com relevantes repercussões socioeconômicas e políticas, como o rompimento das “promessas da modernidade” e a inauguração da “era de expectativas decrescentes”, caracterizada por condições cada vez piores de reprodução social, com menos empregos, menores rendas do trabalho e menores proteções sociais. Com isso, provoca-se um cenário de insegurança e de falta de controle sobre o presente que dificulta a construção de qualquer projeção de futuro, ocasionando desencanto e mal-estar em grandes parcelas da sociedade. Destaca-se, por fim, que a expansão dos segmentos da população privados do espectro de proteção representado pelo Direito do trabalho – formando o chamado “precarizado” – alcança, na atualidade,

um ponto de ruptura, corroendo o pacto social constitucional contemporâneo e a própria democracia, que esteve estruturada, após a 2ª Guerra Mundial, na eliminação das desigualdades por meio da manutenção e da criação de direitos sociais compartilhados universalmente.

**Palavras-chave:** Democracia; direito do trabalho de exceção; estado social de direito; jurisprudência da austeridade; sociedade da austeridade

---

---

**DIREITOS DA NATUREZA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS JURÍDICOS, EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL E IMPACTOS SOCIAIS**

Autora: Stéphanie Taís Rohde

Orientador: Prof. Dr. Marcio Renan Hamel

Coorientadora: Profa. Dra. Patrícia Graziottin Noschang

**RESUMO**

A pesquisa analisa a relação entre o reconhecimento dos direitos da natureza e as políticas de desenvolvimento sustentável, analisando seus impactos sociais e econômicos em comunidades afetadas por desastres ambientais, com destaque para as inundações no Rio Grande do Sul (RS). O estudo busca compreender como a incorporação desses direitos pode influenciar a justiça social e a qualidade de vida, avaliando os efeitos concretos dessa abordagem em contextos socioambientais específicos. A pesquisa explora a evolução dos direitos da natureza no âmbito jurídico, destacando experiências internacionais, como a Constituição do Equador de 2008, que reconhece a natureza como sujeito de direitos. Além disso, examina como esses direitos podem promover a restauração integral dos ecossistemas e a justiça ecológica, abordando as ideias de Alberto Acosta sobre o Bem Viver como uma proposta alternativa ao modelo tradicional de desenvolvimento. Entre as hipóteses investigadas, considera-se que o reconhecimento dos direitos da natureza pode atuar como instrumento para assegurar o desenvolvimento sustentável e melhorar a justiça social nas comunidades locais, promovendo uma distribuição mais equitativa dos recursos naturais e fortalecendo o empoderamento comunitário. Por outro lado, a implementação desses direitos pode gerar conflitos econômicos em áreas que dependem da exploração de recursos naturais, impondo desafios à conciliação entre a proteção ambiental e as práticas econômicas tradicionais. A dissertação está inserida na linha de pesquisa Relações Sociais e Dimensões de poder, na área de concentração Novos Paradigmas do Direito, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Direito da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade de Passo Fundo, utilizando o método dedutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Direitos da Natureza; Impactos Sociais; Neoconstitucionalismo; Sustentabilidade.

---

---

## **A REGULAÇÃO DOS ATOS NOTARIAIS ELETRÔNICOS NO BRASIL: DESAFIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA NOTARIAL EM MEIO VIRTUAL**

Autora: Tatiane Sander

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Fasolo Pilati

### **RESUMO**

Desde o início da atividade notarial em tempos antigos até os dias de hoje, a função notarial tem evoluído e se adaptado às grandes mudanças que têm ocorrido ao longo da história do notariado. Objetivou-se, assim, analisar as transformações do notariado brasileiro, com ênfase na implementação dos atos notariais eletrônicos. A metodologia adotada para a realização deste trabalho é de natureza qualitativa, com uma abordagem exploratória e descritiva, permitindo a análise aprofundada dos aspectos técnicos, legais e operacionais dos atos notariais eletrônicos no Brasil. Como resultado, verificou-se que a pandemia de COVID-19 acelerou a adoção de tecnologias digitais nos serviços notariais, destacando a importância da plataforma e-Notariado na viabilização dos atos notariais de forma remota e segura. Concluiu-se, ainda, que, apesar dos avanços tecnológicos, a presença do tabelião continua essencial para garantir a fé pública e a segurança jurídica dos atos notariais, sendo a tecnologia um importante meio para aprimorar a acessibilidade e a eficiência dos serviços prestados.

**Palavras-chave:** atos notariais eletrônicos; fé pública; notariado virtual; regulação digital; segurança jurídica.

---

**ANÁLISE SOCIOECONÔMICA SOBRE AS ORIGENS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A EXPLORAÇÃO DA CONVERGÊNCIA JURÍDICA ENTRE O REGIME CLIMÁTICO GLOBAL E O REGIME INTERNACIONAL DO COMÉRCIO COMO POSSIBILIDADE PARA O ENFRENTAMENTO DA INSTABILIDADE CLIMÁTICA**

Autor: Thomaz Bonez Lunelli

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Graziottin Noschang

**RESUMO**

Diante da crise ambiental e climática que afigura-se, também, como crise humanitária, e das problemáticas incipientes aos métodos de produção e consumo do mercado global, que demandam, em especial na esfera da cooperação internacional, a intersecção entre o regime climático global e o regime de comércio internacional, pelo que a presente pesquisa tem como objetivos investigar a origem socioeconômica - afastando a perspectiva demasiadamente antropocêntrica - das alterações climáticas e vislumbrar o comércio internacional como uma ferramenta para seu enfrentamento. Desta feita, busca-se inquirir a possibilidade de o comércio internacional, através da precificação do carbono na região fronteiriça, oferecer uma das alternativas para o enfrentamento às mudanças climáticas em escala global. Para tal, após abordar processos históricos estreitamente vinculados com a lógica desenvolvimentista e capitalista no cerne da crise climática – tais quais: colonialismo, expansão mercantil, imperialismo, industrialização – delinear-se-á a intersecção entre ecologia e economia através da análise das estruturas do regime internacional de combate às mudanças climáticas e do regime internacional de comércio. É perceptível, a julgar pelo entendimento jurisprudencial da OMC, que as regras comerciais conflituam com os objetivos e metas dos tratados internacionais climáticos, como a UNFCCC e o Acordo de Paris, em termos de possibilitar políticas ambientais robustas e eficientes na luta climática, pelo que as atenções em demasia se voltam às divergências que paliam confluências, subsistindo obscura a utilização de medidas unilaterais comerciais com fins ambientais e climáticos. Todavia, inquirir-se a sinergia jurídica entre os respectivos regimes há de se provar de grande valia a inflexão da aparente relação conflituosa entre o regime internacional comercial e o regime climático global. Eis evidências que se desvelam ao esmiuçar-se estruturalmente o EUCBAM e ponderar sua compatibilidade às normas do GATT e, especialmente, ao princípio da CBDRRC. Por fim, O método de abordagem da presente pesquisa é o lógico dedutivo, pelo que as técnicas de pesquisa utilizadas no processo investigatório são: a documentação indireta de documentos escritos tanto com fonte em arquivos públicos como fontes estatísticas de fatores econômicos e sociais; e a bibliográfica, valendo-se de livros, artigos científicos, legislações, tratados internacionais, resoluções, diretivas, relatórios e demais documentos institucionais. A construção procedimental da pesquisa será preponderantemente monográfica, todavia, valer-se-á, em acréscimo, dos métodos histórico e comparativo. A pesquisa foi resultado desenvolvida no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Passo Fundo (PPGD/UPF), com área de concentração atinente à Jurisdição Constitucional e Democracia.

**Palavras chave:** Economia de Baixo Carbono; Medidas Unilaterais Comerciais; Mudanças Climáticas; Princípio da Responsabilidade Comum mas Diferenciada e Respectivas Capacidades; Regulação do Comércio Internacional.

---

---

## **EVOLUÇÃO E DESAFIOS DO REGIME JURÍDICO-TRABALHISTA PORTUÁRIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO MODELO DE CONTRATAÇÃO NA ERA DA AUTOMAÇÃO**

Autor: Thomaz Cesca Nunes

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Fasolo Pilati

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Wassem Galia – (UFSM)

### **RESUMO**

A presente dissertação examina a gestão de mão de obra nos portos públicos brasileiros, com ênfase no sistema de contratação para as instalações localizadas na área do Porto Organizado que, conforme legislação vigente, impõe uma espécie de "reserva de mercado absoluta", que exige a vinculação obrigatória dos trabalhadores portuários aos OGMOS. O modelo tradicional e rigoroso de dirigismo sindical na organização laboral no cais acabou sendo, ainda que de forma paradoxal, referendado, sob outra roupagem, pelas Leis nº 8.630/1993 e nº 12.815/2013, e é objeto de questionamentos quanto à sua eficiência e conformidade com princípios constitucionais como a Liberdade Profissional e a Livre Iniciativa. Por outro lado, os que defendem esse formato sustentam que ele segue a lei e convenções internacionais, e seria impossível restringir direitos adquiridos da classe operária. A pesquisa aborda a evolução histórica e legal da matéria, confrontando o modelo brasileiro com experiências internacionais, notadamente de Portugal e Espanha, que empreenderam reformas em seus regulamentos de gestão de mão de obra no setor aquaviário. Através de uma análise multidisciplinar, que abrange Direito Portuário, Trabalhista, Constitucional e Administrativo, o trabalho analisa os desafios para a modernização da gestão de mão de obra portuária no Brasil, utilizando-se, para isso, de relatórios técnicos do Tribunal de Contas da União, BNDES e da OCDE. Ademais, o estudo explora as consequências da crescente automação no setor, uma vez que modernização tecnológica da orla portuária traz consigo implicações que vão desde a possível diminuição de empregos até a expectativa de avanços em termos de eficiência e competitividade. A pesquisa ambiciona impulsionar debate propositivo sobre a imperatividade de aprimorar o sistema vigente, em busca de um arranjo que harmonize a otimização das atividades portuárias com a proteção de direitos fundamentais, considerando as peculiaridades do contexto brasileiro e as lições assimiladas em escala global. A ênfase na pacificação manifesta a essência da linha de pesquisa "Jurisdição Constitucional e Democracia", ao buscar equilibrar a proteção de direitos e o desenvolvimento econômico sustentável. O trabalho segue o método indutivo, reunindo vários dados e referências com o objetivo de comprovar as hipóteses com base em observações e experiências práticas.

**Palavras-chave:** Direito do Trabalho; Direito Portuário; Liberdade econômica e comércio internacional; Portos; Trabalho avulso.

---

## **BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA PARA A POPULAÇÃO MIGRANTE**

Autor: Tiago Beck Kidrick

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Graziottin Noschang

### **RESUMO**

A presente Dissertação vincula-se à linha de Pesquisa “Jurisdição Constitucional e Democracia”, do Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Direito – PPGDireito, da Universidade de Passo Fundo (UPF) - Passo Fundo/RS, relacionada aos Novos paradigmas do Direito, estando em sintonia e em harmonia com esses campos do saber. Entre as ações concretas da assistência social no Brasil, destaca-se a administração do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é regido pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8742/93). A criação desse benefício está prevista na Constituição Federal de 1988, e tem sua regulamentação na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8742, de dezembro de 1993. Portanto, por ser direcionado a indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica e social, que visa a assegurar sua sobrevivência, o BPC está intimamente relacionado à preservação da dignidade humana e à manutenção dos direitos fundamentais, além de estimular a solidariedade social e a redução da pobreza. Em vista disso, o objetivo dessa Dissertação é analisar o direito ao BPC para a população migrante no Brasil, à luz do arcabouço constitucional brasileiro, infraconstitucional e jurisprudencial que rege a matéria, investigando os principais obstáculos que dificultam o acesso por parte das pessoas migrantes, desde as barreiras burocráticas até os desafios socioeconômicos e culturais. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, classificando-se como exploratória, de natureza bibliográfica. Na fase de investigação, foi aplicado o método dedutivo, enquanto que na etapa de tratamento dos dados, foi utilizado o método científico hipotético-dedutivo. É importante ressaltar que, ainda configura-se na análise de casos concretos, abrangendo a pesquisa descritiva. Como resultado, foi possível entender que, a inclusão de pessoas migrantes no sistema de assistência social do Brasil representa um progresso não apenas para esses cidadãos, mas para toda a coletividade. Quando o país destina recursos para promover a igualdade e respeitar a dignidade humana, ele estabelece um cenário favorável ao desenvolvimento social e econômico. Ao serem acolhidos e valorizados, as pessoas migrantes têm a oportunidade de contribuir de forma significativa para o avanço do Brasil, colaborando na construção de uma nação mais próspera, solidária e rica em diversidade. Essa reflexão destaca que a assistência social brasileira, fundamentada nos princípios constitucionais de igualdade e dignidade, deve servir como um meio de inclusão e justiça social para todos, sem distinção de origem. Com a promoção da integração da população migrante e a garantia do direito à proteção social, o Brasil avança em direção a uma sociedade que preza cada ser humano e reconhece a relevância de um sistema de apoio que seja acessível e inclusivo, favorecendo o bem-estar geral, requer uma reflexão cuidadosa sobre as políticas de seguridade social e os impedimentos que dificultam a plena realização de seus direitos.

**Palavras-chave:** Benefício de Prestação Continuada. Direito Fundamental. Lei nº 8742//93. Pessoas migrantes. Vulnerabilidade econômica e social.